



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM
PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 16 DE DEZEMBRO DE 2006
DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão nº 1 – José da Silva propôs ação de cobrança em face de Pedro Couto. O processo tramitou na Vara Cível da Comarca de Araras, Estado de Goiás. Em razão da falta de aparelhamento material e humano e do excessivo formalismo da legislação processual, o juiz da causa demorou sobremaneira para proferir a sentença acolhendo o pedido inicial. O atraso na prestação jurisdicional causou dano ao autor da ação, uma vez que o patrimônio do devedor se dilapidou durante o período do trâmite do processo, não tendo mais o réu como garantir o pagamento da quantia devida. Indignado com o dano que sofreu, após o trânsito em julgado da ação por ele proposta, e sem ter como executar a sentença tardia, José da Silva contratou seus serviços advocatícios visando ao ressarcimento dos danos sofridos por causa da demora na prestação jurisdicional. Diante da suposta situação fática, na qualidade de advogado(a) de José da Silva, apresente a peça prático-profissional que o caso reclama.

Questão nº 2 – É cediço que a pessoa jurídica de direito privado, prestadora de serviço público, tem, após o efetivo pagamento da indenização ao lesado, o prazo de 3 (três) anos para propor ação regressiva em face do seu empregado causador do dano, por atividade ilícita. A ação de regresso movida pelos entes federados em face do seu funcionário responsável pelo dano causado ao lesado, por atividade ilícita, na hipótese de responsabilidade objetiva, cuja indenização tenha sido suportada pelo erário público, teria o prazo prescricional? Fundamente a sua resposta com argumentos próprios.

Questão nº 3 – A Lei de Licitações e Contratos Administrativos veda, de maneira implícita, que o contrato entre a Administração Pública e o particular preveja efeitos financeiros retroativos à sua lavratura. Entretanto, seria possível ressaltar essa vedação na hipótese de contratação verbal e em situação de emergência, fazendo com que a formalização do instrumento seja posterior à data do início da execução da prestação avançada? Fundamente sua resposta usando argumentos próprios.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

Questão nº 4 – Seria possível a responsabilização objetiva do Estado por atos de planejamento, em especial, de política econômica, fazendo com que os administrados ou consumidores adquirissem um certo bem causador de prejuízo no futuro em decorrência de alteração do projeto inicial pelo respectivo Poder Público? Fundamente sua resposta utilizando-se de argumentos pessoais.

Questão nº 5 – Um servidor aposentado compulsoriamente pode vir a ser nomeado para o exercício de cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração? Fundamente sua resposta mediante argumentos próprios.

Questão nº 6 – É admissível a impetração de mandado de injunção coletivo por associados de uma entidade que esteja prejudicada pela falta de fruição do exercício de sua liberdade constitucional motivada por ausência de norma regulamentadora? Fundamente sua resposta com argumentos próprios.

Boa prova!



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM
PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 16 DE DEZEMBRO DE 2006
DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

Questão nº 1. Carlinhos, com apenas 15 anos, dirigia o carro de seu pai, Carlos, quando atropelou João na faixa de pedestres, causando-lhe ferimentos leves. João propôs ação de ressarcimento de danos materiais e morais em face de Carlinhos (filho). Contratado como advogado para representar Carlinhos nessa ação, responda como será o instrumento de mandato, esclarecendo principalmente: quem outorgará o mandato, quem assinará a procuração, se a firma tem de ser reconhecida, se é exigido instrumento público (em razão da idade de Carlinhos), e se a realização de substabelecimento ou a interposição de recurso dependem de poderes especiais expressos.

Questão nº 2. O Sr. José dos Anzóis, pessoa de posses e com boa situação financeira, tem seu filho – menor de idade – acometido por doença rara de manifestação aguda, cujo tratamento medicamentoso mensal é dispendioso. Ele tem condições de custear o tratamento de seu filho, desde que desfaça de parte de seu patrimônio. Entretanto, o Sr. José dos Anzóis acha que, apesar de seu patrimônio, o Estado tem a obrigação de fornecer o medicamento de alto custo do qual seu filho necessita. Como advogado, responda ao Sr. José dos Anzóis se o Estado tem a obrigação de fornecer essa terapia medicamentosa ao seu filho (mencionando o fundamento legal, se existir) e qual seria a ação judicial mais indicada, se for o caso, capaz de proporcionar essa pretensão, considerando-se a urgência que o caso requer.

Questão nº 3. A Portaria nº 191/2006, do Colendo Superior Tribunal de Justiça, suspende os prazos recursais naquele tribunal no período de 20 de dezembro de 2006 a 31 de janeiro de 2007, em razão de férias coletivas dos Ministros. Tendo em conta a Emenda Constitucional nº 45, que vedou férias coletivas nos juízos, esse ato do



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás “Casa do Advogado Jorge Jungmann”

Colendo Tribunal seria inconstitucional? Explique de forma fundamentada.

Questão nº 4. Joaquim propôs em face de Manoel ação pretendendo ter de volta o dinheiro que pagou pela compra de imóvel feita a Manoel, e que não lhe foi entregue por esse. Ocorreu o trânsito em julgado da sentença que julgou procedente o pedido e Manoel não pagou voluntariamente a obrigação. Responda, de forma fundamentada, qual medida ou ação judicial o advogado de Joaquim tem de promover e a qual sanção ou acréscimo Manoel está sujeito, se não adimplir a obrigação?

Questão nº 5. Os condôminos do edifício residencial Papa Bento XVI, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária irregularmente convocada, mas diante do caótico quadro de inadimplência de taxas condominiais, decidiram, por maioria simples, que os condôminos inadimplentes com as taxas condominiais, enquanto permanecerem inadimplentes, estarão proibidos de usar a piscina, a churrasqueira e o salão de festas. Um condômino inadimplente procura você, advogado(a), para uma consulta jurídica, querendo saber, sobre essa decisão da Assembléia Geral, se a irregularidade na convocação macula a deliberação; se essa decisão tinha de ter sido tomada por maioria absoluta e, finalmente, se essa decisão é legal e tem de ser respeitada por todos os condôminos inadimplentes. Resolva, corretamente, as dúvidas de seu cliente, informando inclusive os dispositivos legais.

Questão nº 6. Joaquim propôs em face da Loja de Calçados Pé Descalço Ltda. e da Financeira Aqui Tem S/A. uma ação com pedidos de ressarcimento dos danos causados devido a sua inscrição no serviço de proteção ao crédito. Essa inscrição foi há quatro anos e se mantém até hoje. A Loja de Calçados Pé Descalço Ltda., por meio de advogado, apresentou resposta em forma de contestação, alegando que a inscrição do autor no serviço de proteção ao crédito foi legítima e regular, já que Joaquim fez uma compra mas deixou de pagar o preço na data aprazada. A Financeira Aqui Tem S/A, por meio de outro advogado, também contestou, utilizando o mesmo argumento. Após a instrução, foi proferida sentença, que julgou improcedentes os pedidos e condenou o autor nos ônus da sucumbência. Então Joaquim interpôs recurso apelatório, reafirmando o pedido vestibular. O relator, em julgamento isolado, disse que a sentença estava em confronto com a jurisprudência dominante e deu provimento à apelação, reformou a sentença, julgou procedente o pedido inicial e inverteu o ônus da sucumbência. A intimação dessa decisão foi



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

regularmente realizada no dia 6 de dezembro, quarta-feira, quando circulou o Diário da Justiça. No dia 12 de dezembro, terça-feira, a Loja de Calçados Pé Descalço Ltda. comparece em seu escritório de advocacia e o(a) contrata para representá-la no processo. Como advogado(a) da Loja de Calçados Pé Descalço Ltda., avie a peça processual que melhor resguarde os direitos da constituinte, citando, inclusive, os dispositivos aplicáveis. Se entender que não há prazo para qualquer medida judicial, explique e fundamente sua resposta.

Boa prova!

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

**PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 16 DE DEZEMBRO DE 2006
DIREITO COMERCIAL/EMPRESARIAL**

Questão nº 1 O Juiz da Vara Cível de Piracanjuba/GO julgou improcedente o pedido de falência requerido por São Mateus Materiais de Construção Ltda, em face da Construtora Moreira e Silva Ltda., sob o fundamento de que a requerente não comprovou que os representantes legais da requerida estavam dilapidando o patrimônio da empresa e deixando de pagar as dívidas já vencidas. Condenou a requerente ao pagamento de indenização em favor da requerida, determinando a apuração das perdas e danos em liquidação de sentença, além de honorários de sucumbência no montante de 20% sobre o valor dado à causa. Como advogado da requerente, elabore o recurso pertinente, fundamentando-o.

Questão nº 2 A sociedade empresária que tiver decretada sua falência perde, de forma imediata, sua personalidade jurídica? Justifique e fundamente.

Questão nº 3 O cheque visado ou administrativo, devido às suas particularidades e garantias, deve ser obrigatoriamente recebido como pagamento nas relações de consumo? Justifique e fundamente.

Questão nº 4 X move uma execução contra Y que, apesar de devidamente citado, não ofertou bens à penhora. X promoveu uma pesquisa acerca dos bens existentes em nome de Y e constatou que somente existem um imóvel onde Y reside com a família e 30% das quotas sociais da empresa Atalaia Comércio de Alimentos Ltda. O que X deverá requerer nos autos da Execução? Justifique e fundamente.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

Questão nº 5 Ezequiel de Sousa alienou para Valdir Mendes um imóvel rural localizado na Comarca de São Miguel do Araguaia, tornando-se a compra e venda obrigatória e perfeita, uma vez que as partes acordaram no objeto e no preço, firmando o consentimento mútuo. Alguns anos depois, Valdir Mendes perdeu a propriedade do imóvel em razão de decisão judicial que reconheceu a existência de ônus sobre o imóvel antes da alienação feita por Ezequiel de Souza, conferindo a propriedade a terceiro. Pergunta-se: Poderá o adquirente exigir do alienante a indenização pelas perdas, danos e demais despesas? Justifique e fundamente sua resposta.

Questão nº 6 Se todo empresário é fornecedor, o que definirá a natureza da relação ou do contrato para fins de aplicação do regime jurídico previsto na Lei nº 8.078/90? Justifique e fundamente.

Boa prova!



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

**PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 16 DE DEZEMBRO DE 2006
DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL**

*"Vamos educar as crianças para não
corrigirmos os homens"*
Pitágoras

Questão nº 1 – No dia 15/10/05, João Cheirinho e José Narigão foram surpreendidos por três policiais, que encontraram 2 (dois) cigarros de maconha no veículo tipo Ford/Escort ano 1993, de propriedade de João Cheirinho. Os agentes policiais Cardozo, MaKão e Mair encaminharam os dois elementos para a DENARC, onde foram apresentados ao Delegado Juju. Durante a feitura do Auto de Prisão em Flagrante, foram informados pelos policiais Cardozo, Makão e o estagiário de Direito Tibão de que seriam autuados pelo crime de tráfico de entorpecentes. Contudo, após conversarem com o Delegado Juju, e com a anuência deste, resolveram que liberariam os dois indivíduos da acusação de tráfico e os enquadrariam no crime de uso de drogas. Porém exigiram que os dois elementos lhes pagassem R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais). Na impossibilidade de João e José arrumarem tais valores de forma imediata,



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás

“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

aceitaram que o veículo Ford/Escort de João fosse entregue aos policiais e ao estagiário de Direito Tibão. Assim, ficou acordado que o veículo seria transferido no dia seguinte para o nome do irmão do agente de polícia Mair. Após a realização da transferência do veículo e liberação de João e José, a Corregedoria da Polícia Civil, tomando conhecimento de tal fato, procedeu a investigações, que foram conclusivas no sentido da participação de todos os investigados (os agentes Cardozo, MaKão e Mair, o estagiário Tibão e o Delegado Juju), no crime de concussão. Todos os investigados foram denunciados como incurso no crime do art. 316, *caput*, c/c art. 29, ambos do Código Penal Brasileiro. Como advogado devidamente constituído pelo estagiário Tibão, que lhe informou ter sido citado judicialmente no dia anterior, redija a peça jurídica que entender comportável para o presente caso. Não se identifique na peça. Se necessário assinar, assine como Machado de Assis, advogado inscrito na OAB/GO sob o nº 67.000, com assinatura em letra de formas.

Questão nº 2 – De acordo com a doutrina, há possibilidade da coexistência do crime de homicídio privilegiado e qualificado? Fundamente sua resposta.

Questão nº 3 – O Sr. Matando Cachorro a Grito, homem simples, analfabeto, há dois dias sem se alimentar, adentra um grande Hipermercado e subtrai um pão recheado de queijo e mortadela (sanduíche), no valor de R\$ 1,50 (Hum real e cinquenta centavos). Surpreendido por fiscais do estabelecimento, foi preso em flagrante e incurso no crime do art. 155, *caput*, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal Brasileiro. Como advogado do Sr. Matando Cachorro a Grito, qual a tese a ser usada para defendê-lo? Fundamente sua resposta.

Questão nº 4 –Discorra sobre o instituto da Prescrição Virtual, ressaltando sua aceitação ou não pelos tribunais e escreva os três princípios processuais que referendam esse instituto.

Questão nº 5 – Cite 5 (cinco) exemplos de infrações penais que não admitem a figura tentada.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

Questão nº 6 – Princípio é a base, é o alicerce, é o mandamento nuclear de um sistema. Defina o Princípio da Confiança (criação da jurisprudência alemã).

Faça Boa Prova.

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

**PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 16 DE DEZEMBRO DE 2006
DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO**

Questão nº 1 – A empresa ABC Empreendimentos encaminha ao seu escritório profissional expediente relatando a ocorrência de problemas na gestão de seus recursos de informática. Especificamente, crescem os relatos de uso indevido dos e-mails e da internet pelos empregados, para disseminação de mensagens de conteúdo inapropriado. Preocupada com os reflexos de tais atitudes na produtividade e no ambiente de trabalho, a empresa pretende monitorar o seu ambiente de rede. Para implantação de tal iniciativa, consulta Vossa Senhoria sobre os aspectos jurídicos da questão, em especial sob o ângulo da privacidade dos empregados e dos conflitos com os poderes do empregador. Na condição de advogado da empresa, emita parecer jurídico analisando os pontos acima.

As questões a seguir devem ser respondidas necessariamente com referência aos seus fundamentos legais e/ou sumulares. A resposta será considerada como incorreta caso se limite a transcrever trechos de livros, decisões judiciais e/ou súmulas.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás

“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

Questão nº 2 – O contrato de honorários advocatícios pode ser objeto de cobrança e/ou execução junto à Justiça do Trabalho?

Questão nº 3 – Cabe ação rescisória de decisão proferida em sede de execução trabalhista? Em caso afirmativo, quais as condições e/ou requisitos para tanto?

Questão nº 4 – Existe sucessão trabalhista entre falido e quem adquira seus bens?

Questão nº 5 – O que caracteriza uma cooperativa fraudulenta? Uma vez reconhecida a fraude, quais as conseqüências no campo trabalhista?

Questão nº 6 – Fulano de Tal comparece a seu escritório profissional relatando que acaba de ser demitido por justa causa pelo Município de Pasárgada. Relata ainda que a demissão se deu pelo enquadramento na Lei Municipal nº 171/2006, que prevê a possibilidade de demissão do empregado municipal, por justa causa, diante de condenação criminal não transitada em julgado. Apesar de efetivamente ter sido condenado em processo criminal, Fulano está inconformado com sua demissão, eis que recorreu da sentença naqueles autos. Pergunta-se: a demissão de Fulano é juridicamente válida? Se não, o quê pode ser feito?

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 16 DE DEZEMBRO DE 2006 DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão nº 1 – A empresa “Estilo Jovem Confecções”, fabricante de roupas, terceirizou os serviços de lavagem, tingimento e amaciamento de todas as peças confeccionadas no tecido jeans.

O valor total das peças remetidas para elaboração dos serviços contratados foi de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). O retorno do produto acabado foi no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), visto que neste consta agregado o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) de mão-de-obra. Para regularizar as operações acima mencionadas, tanto de remessa quanto de retorno ao estabelecimento de origem, você, na condição de advogado, foi contratado para emitir um parecer justificando quais são os tributos incidentes e a qual Poder tributante é devido. O parecer deve conter, no mínimo, 40 linhas e os fundamentos legais.

Questão nº 2 – Três jovens viajaram para o exterior e realizaram os seguintes negócios: José contratou um motorista de Táxi pelo prazo de 10 dias (duas horas por dia) pelo valor de R\$1.000,00 (mil reais), para que ele lhe prestasse o serviço de transporte; João adquiriu uma motocicleta pelo valor de R\$3.000,00 (três mil reais),



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás

“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

depois de usá-la por 10 (dez) dias, despachou-a para o Brasil 01 (um) dia antes do seu embarque de retorno. Finalmente o Antônio arrendou um veículo pelo prazo de um ano, sob condição de restituição. Antônio deverá remeter o veículo para o Brasil e usá-lo até o término do contrato, quando deverá restituí-lo à empresa arrendante. De acordo com o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, art. 155, § 2º, IX, “a”, em que situação ou situações há incidência do imposto?

Questão nº 3 – Através da edição de protocolo, os Estados de Goiás e Tocantins aderiram, em julho de 1997, ao protocolo firmado pelos demais Estados da Federação em 1991, que instituiu o regime de antecipação do ICMS nas operações interestaduais com refrigerantes e cervejas.

Este protocolo firmado por Goiás e Tocantins determinou sua vigência a partir da data de sua publicação, que ocorreu em 10-07-1997. O Estado de Goiás, contudo, somente inseriu no seu regulamento do ICMS as normas previstas no protocolo em 30-11-1997.

Em ação fiscal dirigida ao estabelecimento X sediado no Estado de Tocantins, sobre remessa de refrigerante ao Estado de Goiás, foi cobrado o imposto que não fora retido nos períodos de 10-07-1997 a 30-11-1997. Está correta a ação fiscal? Justifique sua resposta.

Questão nº 4 – Explique o que vêm a ser “incidência econômica do tributo” e “incidência jurídica do tributo”

Questão nº 5 – Conceitue o fenômeno repercussão econômica do tributo e sua relação com os contribuintes de fato e de *jure*, explicando cada um destes contribuintes na relação jurídica tributária.

Questão nº 6 – A inscrição em dívida ativa, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, suspende a prescrição ou é o marco inicial da contagem do prazo prescricional? A CDA – Certidão de Dívida Ativa - é a constituição definitiva do crédito tributário? Justifique sua resposta.

Boa prova!